

HABEAS CORPUS Nº 468.661 - PA (2018/0235219-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ALDA LUCIA DOS PASSOS ROCHA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : HENRIQUE LEON ROCHA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado em benefício de HENRIQUE LEON ROCHA, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**.

Depreende-se dos autos, de acordo com as informações prestadas às fls. 172-242, que a impetrante, genitora do paciente, apresentou pedido à Presidência da eg. Corte Estadual, alegando nulidades diversas no julgamento da ação penal de origem. O feito foi autuado como **habeas corpus** (n. 0805139-06.2018.8.14.0000) e, após regular tramitação, em 13/8/2018, a Seção de Direito Penal, por unanimidade, não conheceu do **mandamus**, conforme v. acórdão, a seguir ementado (fl. 233):

"EMENTA; HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. OBJETIVO DE ANULAR DECISÃO CONDENATÓRIA. HC SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. PEDIDO DE LIBERDADE. PRISÃO DOMICILIAR. DESCABIMENTO.

1. O habeas corpus não é e não pode ser usado como sucedâneo de recurso ou ação revisional. Conhecer de writ como substitutivo é violar perigosamente todo o esquema impugnatório previsto nas diversas leis processuais penais em vigor.

2. Não preenchidos os requisitos da prisão domiciliar, não há como se deferir o benefício ao Paciente, o qual também deveria ser impugnado por via adequada.

3. Não conhecimento. Decisão unanime."

No presente **writ**, a impetrante afirma, em síntese, que o paciente teve sua condenação confirmada pelo eg. Tribunal, e que, impetrado **habeas corpus** a fim de sanar possíveis ilegalidades, o **writ** foi denegado por

insuficiência probatória. Aduz possível desídia do advogado contratado para realizar a defesa técnica.

Afirma, ainda, que houve erro no cálculo da dosimetria da pena.

Requer a concessão da ordem de **habeas corpus** em favor do paciente, nos termos delineados em sua petição.

Não houve pedido liminar.

Informações prestadas às fls. 172-242.

O Ministério Público Federal, às fls. 248-251 manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. DOSIMETRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO PELA CORTE LOCAL. MÉRITO NÃO ANALISADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO. HABEAS CORPUS INSUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE PERMITAM A ANÁLISE DO PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

- Não se conhece de habeas corpus impetrado em substituição ao recurso cabível à espécie, exceto na hipótese de flagrante ilegalidade.

- A matéria ventilada não foi objeto de debate pelo TJ/PA, não tendo o habeas corpus originário sido conhecido por impropriedade da via eleita.

- O pedido de prescrição da pretensão executória não foi instruído com a documentação necessária que viabilize a análise de eventual ilegalidade, o que revela deficiência em sua instrução.

- Parecer pelo não conhecimento do writ."

Instada a se manifestar, a i. Defensoria Pública da União requereu urgência no julgamento.

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** não comporta conhecimento, porquanto há evidente **supressão de instância**.

Com efeito, da análise da inicial e dos documentos que a instruem, é possível concluir que os pedidos ora apresentados não foram objeto de apreciação pelo eg. Tribunal de origem, que não conheceu do **writ** lá impetrado (fl. 233). Inviável o seu exame por esta Corte, portanto, sob pena de incorrer em indevida **supressão de instância**.

Nesse sentido é o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção desta eg. Corte de Justiça, **in verbis**:

“AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, INCISO XX, DO REGIMENTO INTERNO DESTA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. PRISÃO TEMPORÁRIA. INDICIADA FORAGIDA. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. MANDADO DE PRISÃO AINDA NÃO CUMPRIDO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA E NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ARESTO IMPETRADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

5. Vedada a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, das teses que não foram analisadas pelo Tribunal de origem no aresto combatido.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 432.177/PE, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 04/02/2019, grifei)

“HABEAS CORPUS. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CULPABILIDADE E PERSONALIDADE. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA.

RECONHECIMENTO. COMPENSAÇÃO COM A REINCIDÊNCIA. REGIME PRISIONAL FECHADO. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. RÉ REINCENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PRISÃO DOMICILIAR. PLEITO NÃO SUBMETIDO À INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Não debatida a matéria na instância ordinária, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça inaugurar o enfrentamento da tese, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

6. Ordem parcialmente concedida para reduzir as penas a 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão e 12 dias-multa." (HC 400.229/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 08/03/2018, grifei)

Por fim consigno que a falta de adequada instrução do feito, não suprida pelas informações prestadas pela autoridade tida por coatora, impede a análise da prescrição da pretensão executória, tal como noticiado no parecer ministerial.

Ante o exposto, não conheço do **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator